

HIR00180



O Governo Federal pretende promover, no menor prazo possível, a "emancipação do índio brasileiro", tirando-o da categoria de tutelado e tornando os indígenas brasileiros cidadãos como quaisquer outros. E as autoridades de Brasília estranham a oposição sistemática de indigenistas, antropólogos, intelectuais, religiosos e outros setores da população, ao seu projeto. Aqui, em reportagem de Wilma Ary, apresentamos as razões dessa oposição, os perigos a que estarão expostos 180 mil índios — eram um milhão em 1500, quando do descobrimento do Brasil — caso sejam emancipados. E os motivos verdadeiros dessa proposta governamental. Falamos ainda do Ato Público

"Contra a Falsa Emancipação do Índio", marcado para a próxima quarta-feira, no Tuca.

"Tiram a tutela aos índios para roubar suas terras"

A opinião pública, quando ouve falar "o governo quer emancipar os índios", deve ficar em dúvida. A idéia de emancipação deveria agradar as pessoas, livrá-los da tutela deveria ser uma coisa boa.

É Carlos Alberto Ricardo, antropólogo da UNICAMP, que tenta explicar:

"Agora, devemos deixar uma coisa clara. Essas populações indígenas tiveram um processo histórico de compulsão grave, que implicou numa depopulação muito grande. Hoje são minorias étnicas, devido ao extermínio enorme de índios — antes eram 1 milhão e hoje são, apenas, 180 mil — Exatamente essas minorias, para poderem sobreviver, necessitam do regime de tutela e, portanto, dentro de uma condição jurídica que exige que o Estado, através do órgão representante que é a FUNAI — Fundação Nacional do Amparo aos Índios — dê proteção a essas populações, proteção essa para preservar suas terras, assistindo-os no campo da saúde e da educação, para que eles possam evoluir como uma comunidade com suas próprias características. Portanto, essa proteção, deve se exercer no sentido de dar uma assistência ao índio e a todas as populações indígenas existentes.

"No Estatuto do Índio de 1973, que englobou muitas leis esparsas, artigo 65 de demarcação total das áreas indígenas, que são pe-to de 20 milhões de hectares de terras, e que deveriam estar concluídas em 1978, no final do ano. E até agora, novembro de 1978, apenas 1/3 do total foi demarcado. Ora, o tutor não cumpriu sua tarefa e já quer se livrar da tutela. Como tutor o governo é irresponsável, é um tutor infiel, que já quer se ver livre do tutelado, sem ter asquero cumprido o programa que lhe cabe".

"De acordo com a Constituição de 1967, a terra indígena é de propriedade da União e uso fruto dos grupos tribais. E, exatamente, para ter o uso fruto das terras indígenas, as comunidades tribais — os índios — devem ser tutelados e não por serem índios é que eles tem esse direito. Libertos, o índio perde a tutela e outras garantias.

DEPOIS DE PERDER A TUTELA, OS ÍNDIOS PERDERÃO SUAS TERRAS

"Ora — explica o antropólogo — com o projeto de emancipação cessa a tutela, suprime as garantias previstas pela Constituição, está criado um precedente jurídico para que progressivamente todas as comunidades indígenas sejam atingidas permitindo assim ao governo a posse das terras indígenas, que é assegurada ao índio apenas por ser ele tutelado".

"Sem terras que permitam as comunidades indígenas terem seu modo de vida, sua cultura e seu cultivo próprios e em contato com a civilização branca, os índios entrarão num rápido extermínio (é sabido que as contaminações dos grupos indígenas se dá em contato com o branco). Por isso, de um tempo para cá, nós, antropólogos, começamos a falar em genocídio", diz Carlos Alberto Ricardo, da UNICAMP.

"Essa idéia de genocídio está ligada ao projeto de emancipação pois, ao se tentar suprimir as condições elementares para que esses grupos possam subsistir enquanto grupo, o Governo está aplicando uma atitude de genocídio" — concluiu Alberto.

E a antropóloga Lux Vidal reafirma: "A razão do Governo querer emancipar as sociedades indígenas é puramente econômica: apoderar-se das terras dos índios. Parece-me, também, que há uma razão ideológica: de uns anos para cá, os índios, conscientizando-se da sua situação no contexto regional e nacional, começaram a se organizar comunitariamente, desenvolvendo pequenos projetos

comunitários, eles mesmos. Foi nesse sentido, que o Governo começou a falar em integração rápida e em emancipação. Isso foi em 1976. Durante a CPI do Índio, no ano passado, o Ministro do Interior, Ismarth de Araújo, falou que a meta era emancipar, pelos menos uma tribo indígena até o fim do Governo Geisel. Foi durante o mês de fevereiro de 1978 que nós soubemos da existência de uma minuta de decreto regulamentando o artigo 9 do Estatuto do Índio, que diz respeito à emancipação".

Em 1974, com a posse do gel. Ismarth de Araújo no Ministério do Interior, houve um convite aos antropólogos para participarem e assessorarem os projetos comunitários de desenvolvimento. Muitos antropólogos se prontificaram em assessorá-los e houve até um certo sucesso nestes projetos. E, segundo Lux Vidal, foi "Aí que o governo pensou em integrar rapidamente e em emancipar os índios".

Esses projetos permitiram a muitas comunidades indígenas desenvolver uma agricultura que desse para a subsistência do grupo e, ainda, sobrasse algum excedente para ser trocado com as populações regionais por roupas e outros objetos. Isso ia a longo prazo, permitir a emancipação real do índio como grupo e como raça.

— O que é integrar o índio dentro das Comunidades Regionais?

— "Na região de Dourado, existem tribos Guarani-Kaiowa, e a maioria desses índios trabalham nas "chandas" — fazendas de suas próprias terras, fazendo roças coletivas e criação de porcos, num projeto já em execução há mais de dois anos. Eles conseguem sua própria subsistência e o excedente, eles mesmo comercializam lá fora, nas cidades, o que lhes permite uma melhor integração do grupo. Um trabalho do grupo segundo os moldes tradicionais indígenas, porque isso é feito por eles mesmos. Por outro lado, permite uma venda de excedente possibi-

lindo-lhes gerir o dinheiro do grupo, iniciar uma pequena cooperativa, pois tradicionalmente eles não tem essas instituições e elas devem ser implantadas aos poucos. Uma antropóloga — Yara Ferraz — no ano passado foi posta fora pela FUNAI. O que foi muito grave para os Gaviões."

"Coincidentemente, explica a antropóloga a Eletronorte (um dos inúmeros projetos que cortam o território indígena), responsável pelos trabalhos de eletrificação do Tucuruí, vai cortar as terras dos Gaviões. Os Gaviões tem já suas terras demarcadas e, apesar disso, existe um decreto do General Geisel permitindo à Eletronorte abrir um "corredor" de 20 quilômetros de extensão e 150 metros de largura, para que aí passe uma linha de alta tensão.

OS ÍNDIOS VÃO RECEBER DINHEIRO POR SUAS TERRAS DE CASTANHAIS E CAÇA

"Então você vê que até o fato de ter as terras demarcadas não serve pra nada porque, realmente os marcos podem ser destruídos. O patrimônio, nesse sentido, é dilapidado e o tutor não faz absolutamente nada. Se, de um lado, há a autoridade interna dos chefes de postos, por outro, quando eles têm que defender o que realmente têm que defender, ou seja, o patrimônio indígena, eles acabam cedendo.

"A proposição que o Governo está fazendo aos índios Gaviões, e que me vai ser extremamente perigosa, é uma alta indenização. O que os Gaviões vão fazer com todo esse dinheiro? Porque, esse "corredor" de 150 metros, na verdade, destrói toda uma área de castançais e de caça. E, também, sempre vai haver gente nesse corredor para manter uma linha de alta tensão, que deve ser constantemente controlada.

"O que os Gaviões devem pedir que lhes seja dado, previsto pelo Estatuto, é um pedaço de terra igual a este, contíguo, e com as mesmas qualidades ecológicas. Porque, se eles são indenizados, eles entram no nosso sistema econômico e qualquer companhia pode fazer isso com qualquer grupo indígena. Com os Paracanás, onde estão instalando a Hidroelétrica, no Sul, é a mesma coisa. O que os índios fazem com 12 milhões? Vai destruir ainda mais a comunidade. E eles já puseram isso na cabeça dos índios!

"O projeto da Hidroelétrica, nas terras Paracanás, que já custou mais de 6 bilhões de dólares e vem se desenvolvendo há cinco anos, não tem no seu texto nenhum artigo que diga do destino do grupo indígena que mora lá, na área que vai ser inundada. E hra cinco anos atrás, o Governo poderia ter transferido os Panacanás para outras terras. Somente no ano passado" — completa Lux Vidal — "a FUNAI pediu ajuda de antropólogos para fazer a transferência. E já numa situação desesperada. Tanto assim, que o antropólogo está fazendo umas roças atrás do território atual, mas essa área não foi ainda interdita. Ele está tomando posse sozinho!"

"Querem fazer uma pinochetada com essa história de emancipar"

A antropóloga Aracy Lopes da Silva, da USP, membro da Comissão Pró-Índio, fala:

— "Essa imposição de relações capitalistas, desrespeitando as formas tradicionais de vida indígena, é o caminho mais rápido para a destruição indígena, é o desrespeito maior, é passar por cima dessas organizações tradicionais, que são eficientes. E, realmente, impõem-se ao índio uma forma de viver, uma forma de consumir, uma forma de integrar que é desintegradora, passando por cima de tudo".

"O melhor exemplo disso", explica Lux Vidal, "então é dos Bororo-Tadarimana, de Mato Grosso. Esse grupo indígena estava por iniciativa própria começando um pequeno projeto comunitário, levando a uma verdadeira emancipação."

— "É essa emancipação lenta, cuja iniciativa é tomada pelos próprios índios, o que nós defendemos. O que aconteceu é que a FUNAI achou por bem impor a esses índios o projeto de desenvolvimento comunitário elaborado em gabinete com grandes verbas, totalmente imposto de cima para baixo, onde gerente do projeto é o próprio chefe de posto; com instalação de uma cantina; com horários para trabalhar na roça e quem não trabalhar na roça não tem direito "cantina, provocando uma desorganização interna das maiores e conflitos internos. Cria, ainda, grupos privilegiados, favorecidos pelo chefe do posto, de uma total apatia".

"PEDIR EMANCIPAÇÃO? ORA, OS ÍNDIOS SABEM COMO VIVE O TRABALHADOR DO CAMPO"

A FUNAI e o Ministério do Interior justificam a emancipação com o aumento de ajuda aos índios, através de projetos desenvolvimentistas que, de maneira rápida, podem desintegrar as comunidades indígenas. E, para esclarecer qual é a verdadeira emancipação, o antropólogo Carlos Alberto Ricardo, da UNICAMP, fala:

"A verdadeira emancipação é aquela conquistada pelos próprios índios. E preciso deixar claro que o Estatuto do Índio, atualmente em vigor, prevê a figura da emancipação, desde que requerida pelos próprios índios. E o Ministro Ranjel Reis, do Interior, ficou indignado, pois até hoje nenhum índio pediu emancipação, o que me parece de uma absoluta clareza de visão, por parte das comunidades indígenas, diante da grave situação que vive as populações com as quais eles mantem contato — os pobres do campo brasileiro".

Explica ainda o antropólogo que parte dos índios que falam o português e estão em contato com as sociedades regionais, presenciam não só a sua própria sorte, mas também a sorte da população rural pobre brasileira. Diz o antropólogo Ricardo:

"Eles não requerem a emancipação porque não sabem bem o que é isso. Diante dessa indignação, o ministro propõe uma minuta de decreto que, na verdade, dá à FUNAI poderes — de pedir a emancipação, desde que o índio não a peça".

— "Esse é o ponto que combatemos frontalmente", afirmam os três antropólogos presentes à entrevista, todos membros da Comissão Pró-Índio.

Diz Carlos Alberto Ricardo: "A emancipação verdadeira deve ser requerida pelos próprios grupos. Esse projeto prevê que a FUNAI pode requerer a emancipação unilateralmente como adendo de que, em caso de grupos inteiros, ele vai consultar os índios. Isto a gente sabe que é uma brincadeira de mau gosto. Ora, num plebiscito, 2/3 de uma comunidade podem decidir pela emancipação de um grupo. A gente sabe de todas as manipulações possíveis e sabe que isso vai se tornar, de fato, um "pinochetada".

De acordo com o Código Civil, nunca o tutor pode pedir a emancipação do tutelado. Com a desinformação dos índios, vai se considerar apenas o valor quantitativo e não qualitativo da questão.

Finalizando, afirma Lux Vidal: — "Toda essa discussão de emancipação, de tutelado, de tutor, etc., é discussão de branco. O índio não tem nada a ver com isso. É coisa imposta de fora. Eles sempre viveram nessas terras, com suas próprias leis, com sua própria cultura e civilização".

ATO PÚBLICO

Dia 8, as 20 horas, no TUCA, os antropólogos de todo o Brasil vão comparecer ao Ato Público "Contra a Falsa Emancipação do Índio". A Comissão Pró-Índio formada por Departamentos de Antropologia da USP, UNICAMP, PUC, Brasília, UFRJ, UFF, UFSC, Museu do Índio Museu Paraense Emílio Goeldi, e outros setores da população, organizam o ato.

Darcy Ribeiro; Orlando Villas Boas; Dom Pedro Cassaldaliga, Bispo de São Felix do Araguaia; Thomaz Balduino; Silvio Coelho dos Santos e Carmem Junqueira, entre outros, estarão presentes. Dalmo Dallari falará sobre o aspecto jurídico do Projeto; José de Souza Martins sobre o aspecto agrário e, outros antropólogos vão expor problemas relacionados aos grupos indígenas. Índios de diversas tribos estarão presentes ao Ato Público.

Perdendo sua identidade cultural, sem alcançar uma organização econômica estável, internamente, e sem terras, o índio desaparece como raça. Vira um branco. Aliás, um mendigo branco.



A antropóloga: "os índios precisam se livrar do autoritarismo"

tando comprar o que hoje eles precisam: roupas, utensílios, etc. São pequenos projetos feitos a partir dos próprios índios, que não precisam de grandes verbas, mas que funcionam. Na semana que vem, os representantes destas quatro aldeias iowas vão se reunir para discutir em comum e avaliar os projetos, dando continuidade às roças coletivas".

As explicações são de Lux Vidal, que cita ainda outro exemplo, o da Região do Pará, cuja tribo tem castanhas no seu território.

"Eles têm capacidade de comercializar sua castanha, o que lhes permite uma certa autonomia econômica. Desta forma, os índios estão integrados na economia regional, como o restante da população que lá vive e trabalha com a castanha. O índio deve ter possibilidade de economia interna, porque até agora eles estão sempre sob autoridade do chefe do posto, que diz "faça isso, faça aquilo". Os índios precisam se livrar desse autoritarismo interno, imposto pelo chefe do posto ou pelos delegados regionais. De outra parte, achamos que o tutor tem o dever de defender o território indígena contra os projetos desenvolvimentistas de agropecuária e companhias nacionais e multinacionais. E assim que nós entendemos a coisa.

"QUANDO O ÍNDIO CONSEGUE SE LIBERAR, O MINISTÉRIO PROPOE TRATORES, CANTINAS..."

Essa também é a opinião dos antropólogos brasileiros que firmaram o documento Contra a Falsa Emancipação".

"O que tem acontecido" — prossegue Lux Vidal — "é exatamente o contrário: quando o índio mostra capacidade de se organizar de uma maneira autônoma e coletiva, então o Ministério do Interior propõe grandes projetos desenvolvimentistas, investindo até milhões de cruzeiros. Impõe o projeto de cima: chefe de posto para o gerente do projeto, e isto destrói a comunidade indígena de maneira rápida. A primeira coisa que fazem, é dar um trator. Mas quem vai manipular o trator, quem vai comprar gasolina? Eles impõem uma cantina e só quem trabalha na roça tem direito a vales de cantina. Esses novos hábitos criam conflitos internos e essa é a maneira mais rápida de desintegrar, de destruir, para depois poder emancipar. Isto é extremamente grave.

"Os índios Gaviões do Pará, depois de uma luta terrível, conseguiram se emancipar economicamente e, por esse motivo, precisavam de um assessoramento antropológico para poder instituir novos mecanismos, permiti-

